

# **História da Antropologia no Brasil: contribuições de Gonçalves Dias para a etnografia na Amazônia<sup>1</sup>**

Elieyd Sousa de Menezes (UFMA / PNCSA-UEA)

## **Resumo**

Este artigo propõe uma reflexão sobre as contribuições de Gonçalves Dias para a etnografia na Amazônia, sobretudo a partir do material produzido no âmbito da Expedição da comissão científica de exploração do Império organizada pelo IHGB, da qual foi coordenador da seção etnográfica e responsável pelas narrativas da viagem na expedição. Entre 1861 e 1862, o autor conhecido como poeta do indianismo, tendência do Romantismo, realizou uma viagem para proceder ao relatório sobre a situação escolar e econômica no rio Solimões e navegou o Rio Negro até São Gabriel da Cachoeira, com o intuito de descrever sobre os povos indígenas e catalogar sua cultura material, que seriam enviadas à Corte para serem exibidos em exposições públicas, como a Exposição Universal de 1862 em Londres e a Exposição Nacional da Indústria ocorrida em 1861 no Rio de Janeiro. As descrições etnográficas de Gonçalves Dias publicadas em seus relatórios de viagens e cartas pessoais, além de relatórios de presidente de província e jornais locais da época demonstram certo acuro no que tange à observação e descrição da diversidade linguística dos povos do alto rio Negro, à economia e cultura material, como vestimentas, instrumentos musicais, remos, ornamentos rituais, dentre outros. Assim sendo, no âmbito de uma história da Antropologia no Brasil é oportuno discutir os interesses e relações de poder envolvidos na referida expedição e perceber as descrições etnográficas de Gonçalves Dias como contribuição para formação de coleções que ajudaram a pensar a antropologia como ciência, praticadas inicialmente a partir dos museus.

**Palavras-chave:** Etnografia, Gonçalves Dias, Amazônia

## **1. Introdução**

As contribuições de Gonçalves Dias para a etnografia na Amazônia não se dão apenas pelo seu reconhecimento enquanto poeta, a partir de uma rubrica da primeira fase do Romantismo que conta com o “indianismo” como referência, nem somente pelo trabalho empreendido no Dicionário da língua Tupi.

Raimundo Lopes Cunha já apontava em 1935 a preocupação de G. Dias com o “problema humano e nacional do indígena e entende que se pode dividir a vida

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

intelectual de Gonçalves Dias em três momentos: o da poesia, o da história e o da etnologia. (CUNHA, 2010, p. 110). Não me deterei à classificação de Raimundo Lopes sobre a vida de G. Dias, entretanto pretendo refletir sobre aos aspectos etnológicos a partir da sua viagem ao Rio Negro e Solimões no âmbito da Comissão científica de exploração em 1861.

Em 1957 Gonçalves Dias escreve de Dresden, Alemanha, ao então Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Sr. Visconde de Sapucaí sobre o convite que recebera deste Instituto para compor a chamada Comissão Científica de Exploração.

“Ilmo. e Exmo. Sr. Visconde de Sapucaí, D. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tive a honra de receber o ofício datado de 12 de outubro passado, que V. Exmo. se dignou dirigir me para comunicar a honra que me fêz êsse Instituto de indigitar-me e o Govêrno Imperial de aprovar-me para membro da Comissão científica que tem de explorar o interior de algumas das Províncias menos conhecidas do Brasil.” Dresde, 4 de janeiro de 1857. *Antônio Gonçalves Dias*. (Anais da biblioteca Nacional, vol. 84, 1964, p. 208)

A institucionalização da antropologia no Brasil se dá nos museus e no Instituto histórico e geográfico brasileiro num primeiro momento, e posteriormente nas universidades. Castro Faria (2006) aponta que os *saberes* se formam antes e fora das Universidades e quando este *saber*<sup>2</sup> é reconhecido enquanto tal, então a Universidade o abriga. Isso porque estas instituições vão incorporando saberes conforme a necessidade, assim é que ela cria cursos que antes não existia. Com a antropologia não foi diferente.

Canguilhem (2012) aponta que a história das ciências pode ser entendida como uma rubrica. Diferentemente do conceito, uma rubrica é uma etiqueta que não varia em sua extensão, sem a retificação da sua compreensão. Segundo o autor:

As relações da história das ciências e da epistemologia podem entender-se por dois sentidos inversos: a) a história das ciências não é somente a memória da ciência, mas também o laboratório da epistemologia, b) Ao modelo de laboratório, pode-se opor-se para compreender a função e o sentido de uma história das ciências, o modelo da escola ou do tribunal, de uma instituição e de um lugar onde são feitos os julgamentos sobre o passado do saber, sobre o saber do passado. É preciso de um juiz e a epistemologia faria esse papel. (Canguilhem, 1968, p. 4)

---

<sup>2</sup> Para Foucault (2005) o saber é um conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva. Há saberes que são independentes das ciências, mas não há saber sem uma pratica discursiva definida. A ciência, então se localiza em um campo do saber.

Quando me refiro à história da antropologia na Amazônia a partir das contribuições de Gonçalves Dias, não pretendo somente situar numa memória, tampouco colocá-lo num plano de “precursor”, mas sim compreender a historicidade do discurso científico neste recorte.

Canguilhem aponta que essa “historicidade representa a efetuação de um projeto interiormente normatizado, mas atravessada de acidentes, retardada ou desviada por obstáculos, interrompidas por crises, isto é, momentos de julgamentos e de verdade” (Canguilhem, 1968, p. 10)

Um dos efeitos práticos da história das ciências considerados importantes por Canguilhem é a eliminação do “vírus do precursor” que dá uma ilusão aparente de origem, pressupondo uma inaptidão à crítica epistemológica. Um precursor seria um pensador, alguém que começou algo, permitindo que outros dessem continuidade.

A expedição da comissão científica de exploração organizada pelo IHGB e financiada pelo então Imperador, D. Pedro II, é conhecida por ser a primeira expedição composta somente por intelectuais brasileiros. Foi o zoólogo Manoel Lagos, em um discurso em 1856, quem sugere ao imperador a organização dessa comissão, como tentativa de responder às viagens feitas anteriormente por naturalistas europeus que produziram conhecimentos, que segundo o zoólogo seriam imprecisos e equivocados. Quando a comissão é formada, Lagos se torna o chefe da sessão zoológica.

Castro Faria (2006) escreve que a comissão acabou sendo ridicularizada, por situações consideradas “grotescas”, como a importação de camelos para o nordeste, por exemplo. E apesar desta comissão ser composta somente por brasileiros, suas práticas eram seguidas a partir de instruções de naturalistas construídas independente de nacionalidade, pois pensava-se num rigor científico, que só era possível a partir de uma linguagem universal. Houve uma tentativa de reprodução de tais instruções, o que Castro Faria avalia como fracassada.

No ano considerado canônico, segundo Castro Faria, em 1859<sup>3</sup>, Gonçalves Dias embarca como chefe da sessão etnográfica e responsável pelas narrativas da viagem na expedição da Comissão Científica de Exploração, dirigindo-se primeiramente ao Nordeste. Assim ele escreve ao imperador:

Meu Senhor [D. Pedro II] Não me iludo sobre os incômodos que teremos de passar nessa excursão: não serão poucos nem de pouca

---

<sup>3</sup> Neste mesmo ano, em 1859, Paul Broca funda a Sociedade de Antropologia Francesa, Karl Marx publica O Capital e Introdução à crítica da economia política e Charles Darwin publica A origem das espécies.

monta; mas nela descortino tanta vantagem para a minha carreira literária. Que essa escolha ao passo que sobremodo me honra, vem a ler também a realização dos meus melhores desejos. (...) Dresde, 4 de janeiro de 1857. *Antônio Gonçalves Dias* (Anais da biblioteca Nacional, vol. 84, 1964, p. 207)

Como citei no início, Gonçalves Dias é tido como uma referência literária do indianismo no Brasil, seu papel nessa comissão era catalogar o que se conhece por cultura material e descrever sobre os indígenas da região. Mas não chega a concluir as narrativas da viagem.

## **2. Sobre o relatório ao rio Solimões**

Voltando do Nordeste e com má reputação, a comissão viajou para o Amazonas. Gonçalves Dias percorreu o Rio Negro e Solimões. E é neste segundo rio que ele realizou uma inspeção nas escolas. A pedido do então presidente da Província, o Sr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Dias elaborou dois relatórios: Um sobre a educação no rio Solimões e outro sobre a economia da Província.

O relatório publicado nos documentos da assembleia legislativa provincial, em 3 de maio de 1862 contém o material solicitado a Gonçalves Dias, sobre a inspeção escolar. O chefe da sessão etnográfica da Comissão científica do Império passou por Coari, Tefé, Fonte Boa, Olivença (São Paulo de) e Tabatinga.

Em Coari, Gonçalves Dias notou que a escola não contava com professores e alunos. Ele conversou com o único professor da então freguesia e verificou que os alunos não iam à escola porque espalharam um boato sobre a aposentadoria do professor, este disse que não recebia seus salários há nove meses e que se encontrava doente. Outro fator do esvaziamento da escola, seria a mudança de local da sede desta freguesia a partir de uma lei provincial. Muitas pessoas ainda estavam confusas, e naquele momento apenas o pároco havia mudado a capela para o local da nova sede. Para receber auxílio financeiro da província, a escola deveria contar com pelo menos 12 alunos, e a de Coari contava apenas com 10. Gonçalves Dias sugeriu em seu relatório que essa escola fosse suprimida.

Em Tefé, Gonçalves Dias verificou que havia pelo menos três escolas: uma pública para meninos, tendo como professor o reverendo, uma particular para meninos,

tendo como professor um juiz e uma pública para meninas, tendo uma professora, mas não se sabe se havia alguma habilitação para aquela função.

A escola visitada por G. Dias foi a pública para meninos, da qual conversou com o reverendo, que lhe contou que lecionava para 13 até 80 alunos. Nos meses de agosto a dezembro muitos alunos deixavam de frequentar a escola para acompanhar os pais na pescaria, da qual participava toda a família. G. Dias relatou que “por mais verdes que sejam, sempre podem e sabem governar a canoa” (G. Dias, 1862, p.3).

Em Fonte Boa, quem lecionava era o Frei Bernardo Ferreira que também atuava como magistrado em Tabatinga. Havia 19 alunos matriculados, todavia, ele percebeu que existiam mais meninos no povoado. Um dos motivos da não matrícula dos demais ou da evasão escolar a partir de junho seria o acompanhamento desses meninos junto aos pais para pescar. Conforme, aponta G. Dias:

Como nas outras há nesta defeitos ou deficiência que são comuns a todas: há meninos que não se matriculam, há falta nos doze meses de pesca. De facto, vi nos livros de matrícula, meninos entrados para a escola nos meses de fevereiro e março, e que de junho e julho em diante começam a faltar seguidamente até o fim do ano. (...) Elle (o professor) entende tão bem que os pais de família, quando vão as suas pescarias, levam os filhos, pelo habito em que estão – pelo amor que lhes tem (...) (G. Dias, 1862, p. 4)

Em Olivença (hoje São Paulo de Olivença) quem lecionava para 18 alunos era o reverendo Manoel Barreto. G. Dias também notou a ausência destes nos meses de pesca. Ele ficou confuso com naturalidade que os pais tiravam os meninos da escola para a pescaria, pois em seu pensamento esta prática deveria ser ao contrário.

Além da falta de infraestrutura na escola, como bancos e mesas, Gonçalves Dias notou que os meninos estavam em “ordem regularizada” na escola, já que estão nos seus lugares, escrevendo e vestidos. Ele apontou que a importância da escola nesta região é a “desabituação da língua geral” que é falado “sempre, em casa e nas ruas e em toda parte” (G. Dias, 1862, p. 5)

Este é um dado interessante para pensarmos num processo de dominação através da educação regular que é uma normatização, mas que naquele momento, encontrou entraves, mesma que involuntária, já que os pais levavam famílias inteiras para os meses de pesca, sem o controle do Império.

Outro dado a pensar é que a ideia da construção de uma identidade nacional a partir da língua corresponde aos argumentos de G. Dias, quando este questiona que

esses meninos só teriam a ganhar aprendendo a língua portuguesa, pois assim estes poderiam trabalhar na Província e crescer a partir daí.

Em Tabatinga, G. Dias não encontrou nenhuma escola funcionando, apenas histórias da que existiu. Ele sugeriu que Tabatinga tinha condições de abrir novamente uma escola, pois tinha número de alunos suficientes, entretanto, não havia pessoas habilitadas para lecionar.

Gonçalves Dias conclui em seu relatório que havia certas dificuldades que tornam a educação no Amazonas “quase impossível”. Isso porque há um modelo de inspeção escolar que não atende às necessidades da escola, da verificação da falta de materiais ou problemas estruturais. Por exemplo, ele foi incumbido de realizar tal inspeção, mas o que ocorreu foi uma visita rápida nestes locais. Ele asseverou que deveria haver inspetores morando ao lado das escolas para que ela funcionasse.

Assim também, apontou que apesar do ensino primário ser obrigatório, no Amazonas os centros de populações são raros e as casas distantes uma das outras, o que dificultou o cumprimento desta obrigatoriedade. Ele afirmou que o viver das pessoas é a caça, a pesca, a procura de salsa, de castanha do fabrico da manteiga. Como ambição de propriedade tem-se a canoa, já que o “índio continua seu viver instável, errante, improvidente, acomoda-se dentro dela com a mulher e filhos, vão às praias e assim vivem meses do ano, dando aos filhos a educação que tiveram, e não compreendendo que carecerão de mais nada.” ( G. Dias, 1862, p.8).

O autor afirmou que obrigar essas famílias a deixarem seus filhos na escola regular é ordenar que mudem radicalmente suas vidas. Mas ele conclui que tal mudança talvez seja necessária a favor do Império.

### **3. Sobre a viagem ao Rio Negro**

Um dos objetivos da expedição da comissão científica de exploração era coletar produtos naturais e industriais das províncias consideradas mais distantes. Os produtos enviados à Corte foram exibidos em algumas exposições públicas, como a Exposição Universal de 1862 em Londres e a Exposição Nacional ocorrida em 1861<sup>4</sup>,

---

4 Conhecida como a 1ª Exposição Nacional Industrial em 1861. Inaugurada em Dezembro do corrente ano, visava mostrar o progresso industrial do país. Ela aconteceu antes a reforma de Ladislau Neto em 1876 e 21 anos antes da “exposição antropológica” também organizada por Ladislau. Esta exposição de 1861 não tinha interesse científico, apenas econômico.

no Rio de Janeiro, conforme aponta Castro Faria (1949). Estes objetos coletados foram incorporados posteriormente às coleções do Museu Nacional e do acervo do IHGB. Conforme aponta Castro Faria:

(...) lembremos mais, que GONÇALVES DIAS, muitos anos antes da fundação do museu francês e da realização da exposição brasileira, reunira, como membro da célebre Comissão Científica, de 1859 a 1861, copioso material, parte do qual se acha ainda hoje no Museu, e parte no Instituto Histórico. (Castro Faria, 1949, pág. 8).

A estadia no Nordeste dos membros da sessão etnográfica da Comissão científica de exploração não foi tão rentável quanto se esperava, o argumento era de que “as populações indígenas remanescentes, não havia quase 'tipos puros’” (Kodama, 2009). Então, esse foi o motivo alegado para que Gonçalves Dias embarcasse para o Amazonas, finalizando a expedição no Ceará em 1860.

O interesse em estudar etnograficamente a região era justificado pela variedade dos 'tipos' humanos a serem encontrados. Tal interesse partia também da perspectiva de os exploradores encontrarem uma população menos mestiçada com os africanos, como se verificava na região da Corte. Falando da população local, Gonçalves Dias observava que os cearenses representavam "os tipos mais belos e mais caracterizados" da mistura das raças branca e indígena, com pouca presença de negros (Gonçalves Dias, 1924, p. 224). Essa avaliação, reiterada por outro membro da expedição, o botânico Freire Alemão, não deixava de repercutir o ideário indianista que omitia os negros da formação nacional. (Kodama, 2010, p. 264)

Gonçalves Dias percorreu o Rio Negro de Manaus até São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, onde anotou aspectos de diversos povos indígenas. Como a língua falada pelos “Jáuas”, habitantes da fronteira com o Peru, que falam "uma língua tão diferente do Quíchua, como do Tupi" (Gonçalves Dias, 1862, p. 1). A observação da existência da predominância de outra língua que não a língua geral, por exemplo, fornece uma dimensão da diversidade linguística naquela região.

Os produtos naturais e industriais eram encaminhados ao IHGB, este por sua vez, remetia ao Museu Nacional, responsável de organizar tais materiais para as exposições pretendidas.

Em Manaus, em 1861 o Presidente da província, o Sr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, nomeou uma comissão para coletar os materiais solicitados pela Comissão científica, que estava a serviço do Império. Isso porque, Gonçalves Dias expôs algumas dificuldades para preparar algo que correspondesse às riquezas do

Império. Assim, sugeriu que fossem montada uma comissão para facilitar os trabalhos de coleta e classificação.

Esta comissão teve como presidente Gonçalves Dias. Designado pela portaria N. 103 de 11 de outubro de 1861, da qual nomeava também: Conego Joaquim Gonçalves de Azevedo, Dr. Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, Coronel Leonardo Ferreira Marques, Dr. João Martins da Silva Coutinho, Dr. Antonio José de Freitas Junior, Dr. Sebastião José Bazilio Pyrro, Sr. Antonio José Moreira, Henrique Antony, o 1º tenente Rufino Luiz Tavares e o capitão João José de Freitas Guimarães. Os membros dessa comissão escolheram, recolheram, catalogaram e acondicionaram todos os objetos destinados à Exposição, que segundo o Jornal Estrella do Amazonas, de 23 de outubro de 1861, seria para a Exposição da capital do Império.

A divisão de tarefas ficou assim: Os Srs. Estellita, coronel Leonardo Conego Azevedo e Antony ficaram responsáveis de coligir em Manaus, o material a ser enviado à exposição. O Sr. Antony também ficou encarregado de coletar e descrever sobre o material de comércio e indústria, por ser comerciante. O Dr. Moreira ficou responsável de coletar e descrever os produtos empregados na medicina. O Sr. Freitas, dos óleos e essências, o Sr. Phyrro das madeiras. O Dr. Coutinho dos minerais, o comandante Tavares dos cabos e madeiras de construção naval e Gonçalves Dias, Moreira e Coutinho da descrição dos objetos, classificação e demais esclarecimentos necessário para mostrar à Província da importância de tais e objetos.

Apesar do esforço, Gonçalves Dias afirmou no ofício ao presidente de província em 23 de outubro de 1861 que embora essa comissão externa atuasse de boa vontade, num curto espaço de tempo (11 dias), ainda se tinha uma fraca representação dos produtos da província.

Foram listados 104 itens, incluindo zarabatanas, instrumentos musicais, esculturas, machados, crânio de veado, bico de tucano, remos, e até ervas.

O primeiro ponto analisado por Gonçalves Dias é a vestimenta dos indígenas. Ele narrou que por conta da distância e falta de comunicação, o preço do tecido de algodão era muito caro, mil réis a vara, sobretudo em São Gabriel da Cachoeira. Então, por conta do clima e do hábito os índios preferiam usar seus ornamentos e costumes.

Os Munduruku no rio Tapajós, por exemplo, preferiam plumas e combinavam cores. Depois deles, os Araras no rio Madeira se enfeitam para festas e

guerras. Foi coletado um acangatar<sup>5</sup> mais elaborado (n. 63 da lista coletada pela comissão) de um chefe morto em combate, outros também foram coletados, todavia, mais simples, que eram usados na cabeça em posição horizontal. O acangatar coletado no Rio negro, era composto somente por 3 plumas, atravessadas em um aro de tucum ou palha, mas não é descrito como pertencente a uma etnia específica.

No Uaupés, alto rio Negro, Gonçalves Dias descreveu o uso de “cuêios” ou seja, vestes inferiores, masculinos e femininos. Os femininos eram feitos de contas. Ele apontou que essa veste se parece com suspensórios semelhantes dos “primitivos tupis”. No rio Demeni, em Barcelos, foi coletado “cuêios” dos Bafuanás e de outras imediações dessa localidade. De todas as vestimentas coletadas, G. Dias apontou como a mais indelicada a dos índios Jáuas, situados na fronteira com o Peru. Os jáuas não teciam fibras, apenas usavam canga de envira<sup>6</sup>. Usam acangatar com bico de tucano e espelhos pendurados nas costas e em dias de festas, enfeitam-se com penas e pintam seus corpos com uma tinta vermelha preparada com urucum.

As armas também apareceram nas descrições de G. Dias, como lanças, flechas, zarabatanas, dentre outros. O ‘Murucú-maracá’ descrito da seguinte maneira:

(...) são belos os Murucús-maracás, ou grandes lanças uzadas pelos chefes: curiosas pelo comprimento da haste, pela perfeição do trabalho e por uma pedra ou esfera que, mal se sabe como forçãõ á entrar por uma fenda lonha e estreita, que se vê na parte superior da baze. ([sic] Dias, 1861, p. 2).

Oliveira 2017, ao estudar a cultura material dos povos indígenas do Alto Rio Negro, aponta que em uma das narrativas míticas do povo Baniwa e de outros povos desse rio, Kaali - o dono dos alimentos cultiváveis com poderes sobre-humanos - encontra-se fortemente relacionado aos ornamentos e artefatos corporais, dentre eles está a lança-chocalho ou murucú-maracá.

Os tuxauas do rio Uaupés carregavam no colo insígnias feitas de madeira rígida. Com acabamento, descrito por G. Dias como “perfeito”. Essas insígnias possuíam um orifício feito de “arêa” e talos de pacovã sororoca, uma espécie de banana, que é atravessado por cordas, sua confecção levava mais de um ano.

No rio Purus e no rio Madeira, se usam espadas, úteis em guerras. Assim também as zarabatanas são muito utilizadas enquanto “armas terríveis e certeiras”.

---

<sup>5</sup> Exemplar de um diadema de penas utilizados em situações rituais.

<sup>6</sup> As fibras dessa árvore, em forma de tiras, são utilizadas pelos povos indígenas do Rio Negro até hoje em confecções de cestarias e cordas.

Dentro do tubo interior é introduzido uma seta (flecha) de paxiúba com ervas na ponta e na extremidade superior da flecha, um pouco de sumaúma para tapar o orifício para ser expelida com mais violência. São utilizados para caça e guerra. É oportuno ressaltar que um antídoto é sempre levado.

Arco e flecha também são descritos a partir da ausência de enfeites e de ervas na ponta, como as zarabatanas. Os tipos de arcos descritos são: Os arcos esquinados (de Silves), arcos meia cana (do rio negro), arcos chatos, largos e enleados (Japurá), os que tem a ponta ligeiramente recurvadas (rio madeira). Cada exemplar desses arcos foram remetidos à exposição. Cada arco remetia a diferentes povos, tanto na forma quanto nos materiais empregados.

As flechas são descritas da seguinte maneira: Taquáras, empregadas na guerra e para caça volumosa. As de um arpão, para pesca. As de tartaruga, conhecidas na língua geral como sararaca (coisa que desmancha), estas é composta de duas partes: haste, feita de canarana (planta gramínea), e da ponteira, feita de madeira, onde se engata o arpão. Há muita força empregada nesta flecha, da qual atira-se por cima enterrando no casco do animal, essa flecha decompõe-se o fio se desenrola e a haste bóia, trazendo o animal.

A coleção de flechas dos índios de Japurá é descrita como riquíssima, entretanto, G. Dias afirma que não teve tempo para catalogar.

Pedras, machados e venenos entram na lista dos produtos coletados para a exposição. O veneno, por exemplo, é o “urari”, apontado como destruidor de animais de grande porte, sobretudo se for atirado perto do coração. Há também o seu antídoto, descrito como o sal comum. O Urari de Tonantins é o mais comercializado, apesar dos indígenas do Purus também fazerem muito uso. O Urari do Rio negro é igualmente de excelente qualidade, afirma o autor.

Estes 104 itens da sessão etnográfica, foram encaixotados, listados, classificados e encaminhados ao Rio de Janeiro, para a exposição que ocorreria naquele mesmo ano, dois meses depois, ou seja, em dezembro de 1861.

Apesar da descrição e catalogação das peças, conforme as etnias e seus usos, na Exposição Nacional da Indústria de 1861 parte desses materiais foram homogeneizados com o título “Tropheu de armas dos indígenas do Amazonas” agrupados em um único espaço, sem referência às etnias, aos usos, ou quaisquer outras identificações.

Kodama (2010) pondera que essa prática de homogeneizar os povos indígenas nessa exposição reflete a etnografia produzida no IHGB no século XIX, pois invisibilizava os povos indígenas, enaltecia o caráter guerreiro desses povos e os transformava em únicos artefatos.

Gonçalves Dias demonstrou preocupação em não atender aos interesses da exposição, pela pouca diversidade de material coletado. Os desenhos não foram concluídos, assim como as legendas.

O autor voltou da expedição já doente. Desse modo, Dias não chegou a entregar um relatório geral e sistematizado da expedição. A partir do levantamento bibliográfico, documental e arquivístico foi possível encontrar fragmentos da descrição da expedição publicados nos Relatório de Presidente de Província e no jornal local da época Estrella do Amazonas, o seu caderno de campo pelo Rio Negro foi transcrito e publicado pela historiadora Lúcia Miguel Pereira em 1943.

Gonçalves Dias faleceu em 1964 em um naufrágio em Guimarães, Maranhão, já debilitado por uma doença, foi o único a falecer neste acidente.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. Vol. 84, 1964.

CANGUILHEM, G. Estudos de História e de Filosofia das Ciências: concernentes aos vivos e à vida. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968

COSTA OLIVEIRA, Thiago Lopes da. Corpos Partidos: adornos cerimoniais, benzimentos rituais e a estética da produção no alto Rio Negro. *Mana* [online]. 2017, vol.23, n.1, pp.37-76.

CUNHA, Raimundo Lopes. Raimundo Lopes: Dois estudos resgatados. Org. Domingues, Heloisa Maria Bertol, ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Rio de Janeiro, Ouro sobre azul, 2010.

DIAS, Gonçalves. Relatório do Dr. Antônio Gonçalves Dias como membro da comissão de Exposição nomeada pelo Exmo Sr. Presidente desta Província. In: Relatório do Presidente de Província do Amazonas. Typographia de M. S. Ramos, Amazonas, 1861.

FARIA, Luiz de Castro. Antropologia: duas ciências. Org. Domingues, Heloisa Maria Bertol, ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Rio de Janeiro, MAST, 2006.

FARIA, Luiz de Castro. As exposições de arqueologia e antropologia do museu nacional. Ministério da educação e saúde. Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1949.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

DIAS, Gonçalves. Relatório do Dr. Antônio Gonçalves Dias como membro da comissão de Exposição nomeada pelo Exmo Sr. Presidente desta Província - Ethnographia [E]. In: JORNAL ESTRELLA DO AMAZONAS. Typographia de Francisco José da Silva Ramos, Manaus, 1862.

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio-ago. 2010.

PEREIRA, Lúcia Miguel. A vida de Gonçalves Dias. Edições do Senado Federal – Volume 226. Senado Federal, Brasília, 2018.